

Sindicato participa de ato pela apuração das denúncias da operação Caixa de Pandora e em defesa do BRB em frente à Câmara Legislativa do DF em dezembro de 2009



Lucro de 2011 será impactado por operação suspeita do governo Arruda

BRB terá prejuízo com transação em FCVS de 2009.

Valor provisionado poderá chegar a R\$ 135 milhões

A suspeita gerada quando da operação lastreada em Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), realizada pelo BRB em dezembro de 2009, se confirmou. Na esteira de uma série de denúncias contra operações similares em outras instituições, descobriu-se um grande foco de corrupção envolvendo agentes financeiros que monta uma cifra superior a R\$ 1 bilhão.

A operação do BRB conduzida pelo então presidente Ricardo Vieira e o diretor financeiro Eloir Cogliatti certamente, também na esteira da série de ações corruptas desvendadas pela Operação Caixa de Pandora, foi uma forma de se roubar o patrimônio público via BRB. O mais espantoso é que a concretização dessa operação ocorreu após a deflagração da referida operação numa clara demonstração da despreocu-

pação dos agentes públicos do GDF à época e a certeza de impunidade.

Desde aquele momento, o Sindicato suspeitou da operação e agora constata com grande tristeza o desfecho que atinge o BRB de forma aguda e, em contrapartida, o conjunto de funcionários que honestamente geram resultado até mesmo visando uma PLR mais consistente e agora verá todo o seu esforço impactado negativamente pelo desrespeito e irresponsabilidade da diretoria do BRB da época (dezembro de 2009).

O Sindicato, como vem fazendo desde aquele momento relativamente a esta operação, não medirá esforços para ver penalizados todos os envolvidos nesse negócio. E, neste sentido, exige da atual administração do banco e do GDF atitudes duras contra os gestores responsáveis por isso.

Quem integrava a diretoria do BRB em dezembro de 2009

O Sindicato sempre desconfiou da operação de compra dos títulos em Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), realizada pelo BRB em dezembro de 2009. À época, os dirigentes sindicais insistiram para que o então presidente do banco Ricardo Vieira desistisse da arriscada operação. Agora que o BRB terá prejuízo com a operação de FCVS, o Sindicato exige punição aos diretores e funcionários do BRB que aprovaram a compra dos títulos. Confira, abaixo, quem integrava a diretoria da instituição financeira em dezembro de 2009, durante o governo Arruda.

- **Ricardo Barros Vieira** - Diretor Presidente
- **Dario Oswaldo Garcia Junior** - Diretor de Relacionamento e Negócios
- **Eloir Cogliatti** - Diretor Financeiro
- **Flávio José Couri** - Diretor de Desenvolvimento
- **Kelson Corte** - Diretor de Tecnologia
- **Paulo Roberto Dias Lopes** - Diretor de Controle
- **Sérgio Augusto Corrêa de Faria** - Diretor de Administração

Diretoria anterior do BRB é responsável pela compra de títulos FCVS

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília CUT
SHCS EQ. 314/315 Bloco A - CEP: 70383-400 - Brasília DF - Fone: (61) 3346-9090 - Fax: (61) 3346-8822
Site: www.bancariosdf.com.br - e-mail: sn@cut.org.br

Ofício nº. 486/2009 Brasília, 14 de dezembro de 2009.

Ao TCDF – Tribunal de Contas do DF
Aniléia Luzia Machado – Presidência

Sra. Presidente

Cumprimentando-a pela assunção da liderança dessa Casa defensora e fiscalizadora do bem público, servimo-nos do presente para solicitar a verificação/apuração de operação financeira realizada pelo BRB-Banco de Brasília, no valor aproximado de 115 milhões de reais, paga na sexta-feira 04.12, a um só vendedor; ao que consta a este Sindicato, uma pessoa física.

Trata-se de operação lastreada em títulos federais do FCVS-Fundo de compensação de variação salarial, um ativo que, reconhecidamente, não tem tanta, ou tem muito pouca, liquidez no mercado. Segundo a direção do banco, que esteve reunida, a pedido, com o Sindicato na tarde de 04.12 e na segunda-feira, 07.12 (com a presença do presidente Ricardo Vieira), a operação justificar-se-ia para fazer uso das reservas dos depósitos de poupança retidos no Banco Central.

Com certa surpresa em relação às práticas de rotina da boa técnica bancária, ouvimos da direção do BRB que submeteria, imediatamente após a liquidação da compra, a operação à consideração desse TCDF, de auditores independentes já contratados pelo banco ("Price"), e do Banco Central.

Acontece que, à parte o entendimento de que esses recursos deveriam estar aplicados em crédito imobiliário (atividade eminentemente bancária e de interesse e demanda atuais da sociedade), o Sindicato questiona se não haveria aplicações alternativas melhores para o banco no mercado, pois os títulos FCVS, além de pouco líquidos, são de longuíssimo prazo para realização do seu valor de face (no mínimo, 20 anos).

O Sindicato, munido de informações e denúncias que recebeu verbalmente, e que aliás vieram também a público em veículo eletrônico (vide anexo), além de requerer audiência com o presidente do banco, divulgou sua preocupação com o fato, caso confirmado. Questionamos sobretudo as proporções de ágio ou deságio (a direção do banco comunicou que pagou 79% do valor de face) acertadas na operação, pois qualquer variação em pontos percentuais pode representar milhões a mais ou a menos, ainda mais considerado todo o curso da operação no tempo. Seria desejável apurar exatamente o que a direção do banco pagou, e a quem, vis-a-vis os preços de mercado efetivamente praticados.

Muito desejável, ao mesmo tempo, é verificar cabalmente se houve pagamento de comissões, direta ou indiretamente, a agentes intermediadores ou estruturadores do negócio.

Nos referidos encontros, a direção do banco disse categoricamente não haver qualquer tipo de comissão, nem a presença de intermediários.

No entanto, constou, e continua a constar para o Sindicato, a informação de que teria havido a intervenção do banco de investimentos "Fator", cuja representação em Brasília tem como dirigente o Sr. Valdey Frota de Albuquerque, ex-diretor financeiro do BRB por breve período em 2007, sob cuja

Em novembro de 2009, dias antes da abertura da Caixa de Pandora, o BRB adquiriu os títulos do FCVS. Antes que a negociação se consumasse, o Sindicato denunciou sua realização, entre outras ações, com um ato público no dia 1º de dezembro, que teve ampla divulgação em seus meios de comunicação. Também cobrou, de pronto, reunião com a diretoria do banco, que aconteceu no dia 4 e 7 de dezembro do mesmo ano. À época, o banco era presidido por Ricardo

de Barros Vieira, indicado pelo então governador José Roberto Arruda.

Considerando insuficientes as explicações dadas pela diretoria do BRB, o Sindicato enviou pedidos formais de investigação a várias autoridades competentes. Também consultou técnicos internos e externos ao banco a fim de verificar o procedimento, cujas análises reiteraram as suspeitas. Como os FCVS são de pouca liquidez no mercado financeiro, foi estranha a compra desses títulos, ainda mais no volume e nas condições dadas.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília CUT
SHCS EQ. 314/315 Bloco A - CEP: 70383-400 - Brasília DF - Fone: (61) 3346-9090 - Fax: (61) 3346-8822
Site: www.bancariosdf.com.br - e-mail: sn@cut.org.br

gestão foram encontradas e apreendidas, em operação judicial-policial, malas de dinheiro vivo com grandes somas de dólares, euros e reais, dentro dos gabinetes daquela diretoria.

Considerando a grave crise política instaurada no DF, e a tipologia das imagens e fatos amplamente divulgados como causa da crise, entendemos ser oportuno averiguar, exaustivamente, não só a legalidade da operação financeira de tão vultosos valores, como também sua rentabilidade comparativa e sua moralidade pública, para que seja prevenida a hipótese de que o BRB, e o patrimônio público, tenham sido lesados.

Anexamos matéria divulgada em meio eletrônico pelo Sindicato.

Para conhecimento, e visando uma averiguação integrada entre as instituições que, julgamos, têm competência apropriada ou complementar, seja de ofício, seja na operação Caixa de Pandora, remetemos cópias para as autoridades abaixo listadas, requerendo a V.Sa., como também a elas, providências no que seja cabível.

Atenciosamente,
Rodrigo Brito
Presidente

C/C
Sub-Procuradora Geral da República – Sra. Raquel Dodge
Delegado da Polícia Federal – Sr. Alfredo Junqueira
Promotores de Justiça do MPDFT- Núcleo coordenador sobre organizações criminosas (NCOOC):
Sr. Sérgio Bruno Cabral Fernandes
Sr. Clayton da Silva Germano

SIAPRO
DIP/DPF
08209.001007/2009-61

RECEBIDO
DIP/DPF
Hora: 16:00
Data: 15 Dez 2009

MPDFT - NCOOC
Recebido em: 15/12/2009
Horário: 12:30. Mat.: 3595-5
Ass: Buiad

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Assessoria Administrativa da Presidência
15.12.09 às 14:03

À época, o Sindicato enviou ofício ao Tribunal de Contas do DF e a outras autoridades públicas em 2009, que responderam, inclusive, formalmente à entidade atestando a procedência da averiguação. Confira, acima, fac-símile do ofício enviado pelo Sindicato.

Em seu relatório, o TCDF chegou a estranhar o porquê de o banco justificar a aquisição dos títulos do FCVS, alegando a necessidade de cumprir exigência de aplicação do Banco Central em créditos imobiliários, e não ter

aplicado no mercado imobiliário de Brasília, que é pujante e atrativo.

De acordo com a imprensa, em março de 2009 a empresa Tetto repassou créditos imobiliários ao banqueiro carioca Antonio José de Almeida Carneiro. O banqueiro especulador, ainda de acordo com a imprensa, pagou valores irrisórios à Tetto pelos ativos. Em novembro daquele ano, apenas oito meses depois da compra, Carneiro vendeu ao BRB, pelo valor líquido final em torno de R\$ 97 milhões, uma parte dos papéis.